



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pecém II Geração de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações financeiras



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Pecém II Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pecém II Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração



Pecém II Geração de Energia S.A.

das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Pecém II Geração de Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Guilherme Naves Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle 54199158034
CPF: 04.099.04634
Signer Role: Partner
Signed Time: 30 March 2026 10:41 GMT
C: ICP-Brasil, C1: Certificado Digital PF A1
C: BR
Instit: AC Siquinild MAInsp
6612860426467...

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Resultados	3
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	3
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	4
Balanço Patrimonial	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	7
02. Apresentação das Demonstrações Financeiras	7
03. Estimativas e julgamentos críticos	9
04. Receita operacional líquida	9
05. Custos e Despesas por natureza	11
06. Resultado financeiro	11
07. Caixa e equivalentes de caixa	12
08. Contas a receber	12
09. Estoques	13
10. Tributos sobre o lucro e tributos diferidos	13
11. Imobilizado	15
12. Fornecedores	17
13. Antecipação de recebíveis futuros	17
14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	18
15. Provisão para contingências	21
16. Mútuo com partes relacionadas	22
17. Patrimônio líquido	22
18. Eventos subsequentes	23



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	4	570.324	597.535
Custo operacional	5	(466.210)	(417.558)
Lucro bruto		104.114	179.977
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(16.042)	(20.440)
Outras receitas/(despesas) operacionais	11	528	(118.902)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		88.600	40.635
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	37.096	15.635
Despesas financeiras	6	(105.564)	(107.669)
Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		20.132	(51.399)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	10	(8.049)	(2.838)
Diferido	10	5.652	29.531
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		17.735	(24.706)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	17.735	(24.706)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	17.735	(24.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		20.132	(51.399)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	5	204.252	93.999
Impairment		-	117.868
Baixa de imobilizado	11	(5.999)	8.334
Juros de antecipação de recebíveis	13	36.511	52.048
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	16	57.717	43.532
Variação monetária e cambial	6	1.084	1.235
Juros do arrendamento	6	1.867	1.451
Juros de provisão de abandono	6	724	791
(Reversão)/Constituição de causas judiciais	5	900	3.084
Rendimento de aplicações de títulos e valores mobiliários	6	(35.800)	(13.593)
		281.388	257.350
Aumento/(diminuição) dos ativos e dos passivos operacionais			
Contas a receber		7.010	31.028
Impostos a recuperar		(5.654)	2.254
Estoques		22.035	67.408
Impostos, taxas e contribuições		(46.040)	1.098
Fornecedores		(5.733)	(7.824)
Operações comerciais com partes relacionadas		2.439	(912)
Provisões e encargos trabalhistas		(723)	(1.132)
Outros ativos e passivos		(2.599)	(7.799)
		(29.265)	84.121
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(4.191)	(2.958)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		247.932	338.513
Fluxo caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(17.345)	(10.705)
(Aportes)/Resgates em títulos e valores mobiliários		70.415	(10.360)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos/(gerados) nas atividades de investimentos		53.070	(21.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		-	(45.514)
Pagamento do principal de mútuos com partes relacionadas	16	(253.284)	(40.000)
Pagamento de principal antecipação de recebíveis	13	(107.736)	(129.500)
Pagamento de juros antecipação de recebíveis	13	(27.566)	(13.534)
Pagamentos do passivo de arrendamento		(5.783)	(4.230)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de financiamentos		(394.369)	(232.778)
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(93.367)	84.670
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		135.325	50.655
No fim do exercício		41.958	135.325
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(93.367)	84.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	41.958	135.325
Títulos e valores mobiliários		22.247	56.862
Contas a receber	8	67.544	74.554
Estoques	9	117.632	139.667
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		12.072	6.136
Outros impostos a recuperar		1.837	286
Operações com partes relacionadas		457	509
Outros		17.091	10.241
		280.838	423.580
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	67.872	62.220
Outros impostos a recuperar		2.809	4.642
Operações com partes relacionadas		1.265	1.234
Outros		259	283
		72.205	68.379
Imobilizado	11	1.087.809	1.247.027
Intangível		537	530
		1.441.389	1.739.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2025	2024
Passivo Circulante			
Fornecedores	12	55.530	50.545
Antecipação de recebíveis	13	97.811	100.616
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		5.120	46.655
Outros impostos a recolher		4.438	5.085
Participação nos lucros		5.572	5.851
Obrigações sociais e trabalhistas		2.387	2.831
Operações comerciais com partes relacionadas		4.681	2.312
Provisão - custo de ressarcimento		13.415	11.061
Pesquisa e desenvolvimento		11.203	8.826
Arrendamento		4.047	250
Outras obrigações		3	2
		204.207	234.034
Não circulante			
Fornecedores	12	5.503	2.171
Antecipação de recebíveis	13	169.493	265.479
Mútuo com partes relacionadas	16	155.946	351.513
Operações comerciais com partes relacionadas		5.510	5.461
Provisão para contingências	15	12.027	11.562
Arrendamento		13.666	12.648
Provisão para desmantelamento		4.736	4.082
		366.881	652.916
Patrimônio líquido			
Capital social	17	800.006	800.006
Reserva de Incentivos fiscais		74.474	71.936
Prejuízos acumulados		(4.179)	(19.376)
		870.301	852.566
		1.441.389	1.739.516



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2023	800.006	16.620	34.136	64.012	-	914.774
Reserva de incentivo fiscal SUDENE				7.924	(7.892)	32
Transações com acionistas:						
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(24.706)	(24.706)
Ajuste de avaliação patrimonial (incorporação)	-	-	-	-	(3.398)	(3.398)
Absorção da reserva legal	-	(16.620)	-	-	16.620	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(34.136)	-	-	(34.136)
Saldo em 31 de dezembro 2024	800.006	-	-	71.936	(19.376)	852.566
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	2.538	(2.538)	-
Transações com acionistas:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.735	17.735
Saldo em 31 de dezembro 2025	800.006	-	-	74.474	(4.179)	870.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Pecém II Geração de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pecém II”) é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 13 de novembro de 2008 sob a denominação de MPX Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade total de 360MW. Em 13 de dezembro de 2013 sua razão social foi alterada para Pecém II Geração de Energia S.A. A UTE Pecém II possui contrato resultante do Leilão de Energia Nova A-5 de 2008, por meio do qual comercializou 277 MW médios, com término do suprimento previsto para 2 de setembro de 2028 e outorga vigente até 27 de janeiro de 2045.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS@ Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC@ Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC@ Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026.

Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e arredondada para milhares.

Políticas contábeis

As políticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Alterações em pronunciamentos contábeis

O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia.

As principais alterações avaliadas foram:



IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 estabelece novos requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de aprimorar a comparabilidade entre entidades e fornecer informações mais relevantes e fiéis sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma será de adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027, não sendo prevista a adoção antecipada pela Companhia.

Embora não altere critérios de reconhecimento ou mensuração, a IFRS 18 introduz mudanças significativas na estrutura das demonstrações financeiras, incluindo a nova classificação padronizada de receitas e despesas, novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, novos princípios de agregação e desagregação, além de ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e de novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração.

Durante o exercício de 2025, a Companhia conduziu um trabalho abrangente para avaliar os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18. As principais atividades incluíram:

- **Capacitação de diversas áreas internas**, por meio de treinamentos específicos sobre os novos requerimentos da norma;
- **Análise dos potenciais impactos em cláusulas contratuais**, especialmente aquelas relacionadas a indicadores financeiros;
- **Mapeamento de impactos contábeis e operacionais**, com identificação de ajustes necessários;
- **Criação de novas contas contábeis**, alinhadas à estrutura de apresentação exigida pela norma.

Ao longo de 2026, a Companhia dará continuidade ao processo de implementação, com foco na adequação da estrutura do ERP SAP para suportar os novos critérios de apresentação e divulgação. O projeto contempla ajustes sistêmicos, revisões de processos internos e validações de consistência para garantir conformidade plena com a nova norma a partir de sua vigência obrigatória.

Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/23, foi regulamentada, alterando de forma estrutural o modelo de tributação no Brasil. O novo sistema substituirá gradualmente o ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). O objetivo central é simplificar o sistema, reduzir a cumulatividade e aumentar a neutralidade tributária.

A transição teve início em 2026, com consolidação completa prevista para 2033. A partir de 2029, haverá redução progressiva do ICMS, ISS e dos benefícios fiscais estaduais, até sua extinção em 2032. Durante esse período, coexistirão tributos antigos e novos, exigindo controles adicionais e ajustes de contabilização.

Ainda permanecem pendentes definições relativas às regras específicas de operacionalização e as alíquotas finais dos novos tributos. Estima-se que a carga combinada da CBS e do IBS possa alcançar até 28%, enquanto o IS terá alíquota máxima de 0,25% para carvão mineral e para o gás natural, exceto quando destinado a insumo industrial ou matéria-prima.

Foi instituída nova sistemática de creditamento que amplia as possibilidades de aproveitamento dos créditos tributários, eliminando limitações anteriormente existentes que resultavam em acúmulo sem possibilidade de compensação. Além disso, houve alteração na forma de recolhimento, a qual poderá impactar o ciclo de pagamentos e recebimentos.

Ao longo de 2025, com objetivo de assegurar conformidade e adequada adaptação às novas regras fiscais, a Companhia avançou de forma significativa no processo de preparação, conduzindo análises detalhadas dos impactos sobre os negócios, adequações de sistemas, além de programas contínuos de treinamento e capacitação das equipes envolvidas.

Essa abordagem fortalece a governança corporativa e contribui para o alinhamento de práticas e decisões, permitindo que a Companhia opere de forma eficiente e segura no novo ambiente tributário.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As informações sobre estimativa e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Provisão para contingências – nota explicativa 15
- (ii) Tributos diferidos – nota explicativa 10
- (iii) Vida útil imobilizado – nota explicativa 11
- (iv) Avaliação de recuperabilidade dos ativos – nota 11

4. Receita operacional líquida

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos.

A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	2025	2024
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR)	535.061	511.841
Venda de energia (ACR)	98.404	155.655
Venda de energia (ACL)	1.169	-
	634.634	667.496
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(58.607)	(62.266)
P&D	(5.703)	(5.975)
Ressarcimento	-	(1.720)
	(64.310)	(69.961)
Total da receita líquida	570.324	597.535

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEARs"), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL.

Cabe destacar ainda que esses contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração.



Disponibilidade ACR (receita fixa)

Essa modalidade de receita tem como objetivo remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado ("SIN") para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). A receita fixa é corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Venda de energia ACR (receita variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não é considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

É o segmento do mercado em que ocorrem operações de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais, negociados diretamente entre as partes, seguindo regras e procedimentos específicos de comercialização. Nesse ambiente, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita proveniente da venda de energia com base no valor contratado por MWh. Essa receita corresponde ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas operações realizadas no mercado livre de energia.

Deduções da receita

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida (ROL) para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

5. Custos e Despesas por natureza

A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2025	2024
Custo		
Insumos de geração	(103.905)	(178.289)
Depreciação e amortização	(202.810)	(92.997)
Pessoal	(33.909)	(34.067)
Custos regulatórios	(42.474)	(38.857)
Serviços de terceiros	(33.916)	(27.627)
Material de consumo	(15.180)	(5.603)
Seguros operacionais	(4.257)	(6.810)
Aluguéis	(18.825)	(18.302)
Energia elétrica para revenda	(1.574)	(475)
Outras	(9.360)	(14.531)
	(466.210)	(417.558)
Despesas administrativas e gerais		
Depreciação e amortização	(1.442)	(1.002)
Serviços compartilhados	(12.157)	(15.466)
Pessoal	(2.039)	(3.600)
Serviços de terceiros	(388)	(233)
Outras	(16)	(139)
	(16.042)	(20.440)
	(482.252)	(437.998)

6. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	35.800	13.593
Variação monetária e cambial	892	1.208
Outros	404	834
	37.096	15.635
Despesas financeiras		
Juros antecipações de recebíveis	(36.511)	(52.046)
Juros sobre mútuos	(57.717)	(43.532)
Variação monetária e cambial	(1.976)	(2.443)
Comissão sobre fianças bancárias	(2.151)	(1.945)
Juros de passivo de arrendamento	(1.867)	(1.451)
Juros de provisão de abandono	(724)	(791)
Outros	(4.618)	(5.461)
	(105.564)	(107.669)
Resultado Financeiro	(68.468)	(92.034)

7. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade:

	2025	2024
Caixa e bancos	8.632	5.269
Fundos de investimentos (a)	33.326	130.056
	41.958	135.325

- a. Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo está composto principalmente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

8. Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE), quando aplicáveis.

	2025	2024
Disponibilidade (ACR)	67.544	74.524
Ambiente de contratação livre (ACL)	-	30
	67.544	74.554

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente afim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada.

9. Estoques

Política contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Não há em nossos estoques o registro de provisão para obsolescência e o método de avaliação dos estoques de insumos é o da média ponderada móvel.

	2025	2024
Carvão	81.062	104.573
Peças eletrônicas e mecânicas	20.786	19.827
Materiais, suprimentos e outros	13.548	13.269
Lubrificantes e químicos	2.236	1.998
	117.632	139.667

10. Tributos sobre o lucro e tributos diferidos

Política contábil

Os tributos de Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSL") correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que gera lucro tributável.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Estimativas e julgamentos

IRPJ e CSL diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia fundamentada em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e investimentos. O período estimado de realização dos tributos diferidos é de 15 anos.



Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2025, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de IRPJ e CSL correntes e diferidos é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	20.132	(51.399)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	(6.845)	17.476
Diferenças permanentes	1.455	1.106
Redução Benefício SUDENE e PAT	2.993	8.111
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos	(2.397)	26.693
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(8.049)	(2.838)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ^a	5.652	29.531
Total	(2.397)	26.693

- a. A variação da despesa de IRPJ/CSL diferidos decorre, principalmente, da constituição de ativo diferido sobre a provisão de *impairment*.

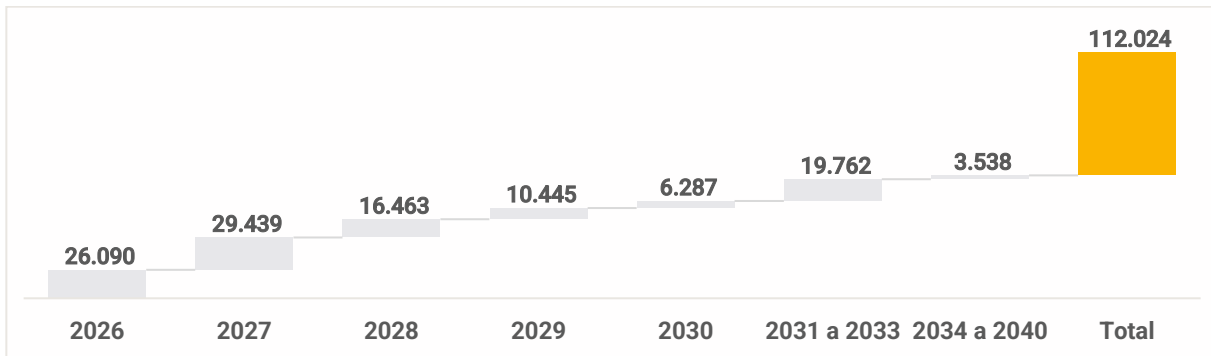
Tributos diferidos

A composição consolidada dos tributos diferidos por natureza (ativos, passivos e resultado) é demonstrada a seguir:

	Ativo e Passivo		Resultado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ/CSL	IRPJ/CSL	Base de cálculo	IRPJ/CSL	Base de cálculo	IRPJ/CSL
Diferidos sobre prejuízo fiscal/base negativa	58.590	63.322	(13.918)	(4.732)	(13.803)	(4.693)
Diferidos sobre diferenças temporárias ativas:						
Provisões ativas	9.540	9.680	(411)	(140)	4.738	1.593
Perda por redução ao valor recuperável	37.871	40.075	(6.482)	(2.204)	102.191	34.745
Direito de uso	6.023	4.386	4.814	1.637	12.900	4.386
Total ativo diferido (a)	112.024	117.463	(15.997)	(5.439)	106.026	36.031
Diferidos sobre diferenças temporárias passivas:						
Arrendamento a pagar	(5.389)	(3.660)	(5.086)	(1.729)	2.615	889
Provisões passivas	(38.763)	(51.583)	37.706	12.820	(21.732)	(7.389)
Total passivo diferido	(44.152)	(55.243)	32.620	11.091	(19.117)	(6.500)
Diferido líquido	67.872	62.220	16.623	5.652	86.909	29.531

- a) *Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:*

Expectativa de realização anual dos tributos diferidos



11. Imobilizado

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo, podendo conter:

- (I) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (II) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (III) Custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados; e

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Estimativas e julgamentos

Depreciação

A depreciação inicia quando os ativos estão prontos para operar, com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos e no valor residual ao final do período de concessão. A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada aos seus bens, utilizando taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). A Companhia revisa as vidas úteis de seus ativos anualmente, de forma a garantir que refletem a realizada da sua operação.

Avaliação de recuperabilidade dos ativos

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos que indiquem deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. Caso seja observado indicativo de deterioração, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade. Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para aqueles com intenção de venda.

Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente – Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”).



Em 2024, a Companhia reconheceu uma provisão para perda por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 117.868, registrada na rubrica de outras despesas. A principal motivação para esse registro estava relacionada a incerteza na reconstrução da planta mantendo a fonte de geração como Carvão. Em 2025, a Companhia reavaliou esse ativo utilizando as mesmas premissas atualizadas e concluiu não haver necessidade de registrar nova provisão, mantendo o entendimento de 2024. Dessa forma, não foram identificados indícios que justificassem a reversão da provisão anteriormente reconhecida.

Os testes de recuperabilidade foram realizados com base no valor em uso, considerando:

- Projeção dos fluxos de caixa futuros em moeda funcional (R\$), em termos nominais;
- Horizonte de operação conforme autorizações da ANEEL (Pecém II: 2054);
- Premissas de preço, evolução do OPEX e CAPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia; e
- Taxa de desconto pré-impostos (12,3% Pecém II) conforme a metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (CMPC), considerando efeitos inflacionários.

Composição dos saldos

							2025
	Edificações, Obras Cívicas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	5,19%	7,68%	16,67%	6,29%		11%	
Custos							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	472.993	1.603.953	2.295	19.520	42.866	14.116	2.155.743
Adições	407	-	5	1	38.557	8.559	47.529
Provisão para desmobilização	-	(71)	-	-	-	-	(71)
Baixas	-	(3.747)	-	(484)	-	(448)	(4.679)
Transferências	6.341	37.704	1.682	115	(45.842)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	479.741	1.637.839	3.982	19.152	35.581	22.227	2.198.522
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(166.933)	(723.848)	(1.792)	(12.796)	-	(3.347)	(908.716)
Adições	(64.869)	(139.180)	(266)	(1.233)	-	(3.474)	(209.022)
Baixas	6.485	-	30	64	-	445	7.024
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(225.317)	(863.028)	(2.028)	(13.965)	-	(6.376)	(1.110.714)
Valor contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	306.060	880.105	503	6.724	42.866	10.769	1.247.027
Saldo em 31 de dezembro de 2025	254.424	774.811	1.954	5.187	35.581	15.851	1.087.808

Composição dos saldos

							2024
	Edificações, Obras Cívicas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	5,19%	7,68%	16,67%	6,29%		11%	
Custos							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	472.534	1.613.827	2.292	19.295	136.920	21.151	2.266.019
Adições	-	-	-	-	15.926	-	15.926
Baixas	-	(1.299)	-	-	-	(7.035)	(8.334)
Transferências	459	109.293	3	225	(109.980)	-	-
Provisão para perda <i>impairment</i>	-	(117.868)	-	-	-	-	(117.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	472.993	1.603.953	2.295	19.520	42.866	14.116	2.155.743
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(151.202)	(649.489)	(1.549)	(11.591)	-	(7.771)	(821.602)
Adições	(15.731)	(74.359)	(243)	(1.205)	-	(3.952)	(95.490)
Baixas	-	-	-	-	-	8.376	8.376
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(166.933)	(723.848)	(1.792)	(12.796)	-	(3.347)	(908.716)
Valor contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	321.332	964.338	743	7.704	136.920	13.380	1.444.417
Saldo em 31 de dezembro de 2024	306.060	880.105	503	6.724	42.866	10.769	1.247.027

12. Fornecedores

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2025	2024
Geração de Energia	2.848	1.554
Contas a pagar setor elétrico	3.985	3.691
Manutenção das Usinas	43.610	32.209
Outros	10.590	15.262
	61.033	52.716
Circulante	55.530	50.545
Não circulante	5.503	2.171

13. Antecipação de recebíveis futuros

Política contábil

A Companhia realiza o registro contábil desse passivo de longo prazo com base no valor presente das obrigações. O AVP é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

	2025	2024
Antecipação de recebíveis futuros		
Eneva S.A.	297.664	432.965
Juros a incorrer AVP		
Eneva S.A.	(30.360)	(66.870)
Saldo líquido	267.304	366.095
Circulante	97.811	100.616
Não circulante	169.493	265.479

A operação teve recebimento de caixa como adiantamentos de R\$475.000 (em 1 de setembro de 2023), já descontados os encargos devidos pela antecipação e com vencimentos até fevereiro de 2028.

Os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Os direitos creditórios cedidos tiveram os seus saldos ajustados a valor presente. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto do AVP é de R\$30.360 (R\$66.870 em 2024).



A movimentação da antecipação dos recebíveis está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023		457.081
(+)	Juros incorridos	52.048
(-)	Pagamento de principal	(129.500)
(-)	Pagamento de juros	(13.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		366.095
(+)	Juros incorridos	36.511
(-)	Pagamento de principal	(107.736)
(-)	Pagamento de juros	(27.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		267.304

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Política contábil

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, medidos pelo custo amortizado, mas em alguns casos podem ser avaliados pelo valor justo, com impacto no resultado ou em outros resultados abrangentes.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	Hierarquia	2025	2024
Ativos financeiros		133.707	268.187
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	N.A.	41.958	135.325
Contas a receber	N.A.	67.544	74.554
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	1.722	1.234
Depósitos vinculados	N.A.	236	212
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	22.247	56.862
Passivos financeiros		512.187	790.995
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	61.033	52.716
Antecipação de recebíveis futuros	N.A.	267.304	366.095
Mútuo com partes relacionadas	N.A.	155.946	351.513
Operações com partes relacionadas	N.A.	10.191	7.773
Arrendamento	N.A.	17.713	12.898

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais por meio do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos baseado nas melhores práticas de mercado e orientado por sua Política de Gerenciamento de Riscos, que visa reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e garantir a preservação do valor e a continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo riscos operacionais, estratégicos, financeiros, regulatórios e relacionados a questões ESG, dentre outros.

No que tange aos riscos financeiros, a Companhia está exposta a riscos conforme detalhado nos itens a seguir:

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado ao preço do carvão. O carvão forma os estoques necessários para geração de energia na termelétrica Pecém II Geração. O período entre a compra das commodities e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodity na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do preço dos insumos é mitigado.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa, de modo a evitar que eventual ocorrência de descasamentos em seu fluxo de caixa afete sua capacidade de pagamento.

A gestão do risco de liquidez consiste em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e na capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.



	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	2025 Total
Passivos						
Fornecedores	-	55.530	5.503	-	-	61.033
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	155.946	-	155.946
Antecipação de recebíveis	69.584	69.584	139.167	15.463	-	293.798
Operações comerciais com partes relacionadas	-	4.681	-	-	5.510	10.191
	69.584	129.795	144.670	171.409	5.510	520.968

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	2024 Total
Passivos						
Fornecedores	-	50.545	2.171	-	-	52.716
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	618.536	-	618.536
Operações comerciais com partes relacionadas	-	2.312	-	-	5.461	7.773
Antecipação de recebíveis	90.987	90.987	22.619	67.857	93.645	366.095
	90.987	143.844	24.790	686.393	99.106	1.045.120

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos e instrumentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e financeiras.

A Companhia adota como política a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos relacionados a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de primeira linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento.

	2025	2024
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	41.958	135.325
Títulos e valores mobiliários	22.247	56.862
Contas a receber de clientes	67.544	74.554
Depósito vinculado	236	212
	131.985	266.953

Risco de estrutura de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Nos casos em que é necessário aprovação dos acionistas, a Administração irá propor tais ações.

15. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais trabalhistas que são monitorados e constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados internos e assessores jurídicos.

Política contábil

A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais, administrativos e arbitrais em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis.

Estimativas e julgamentos

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A mutação das causas judiciais está apresentada abaixo:

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.687
Adições	6.762
Reversões	(7.495)
Atualizações	3.608
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.562
Adições	2.728
Reversões	(3.628)
Atualizações	1.365
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.027

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários próprios da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2025. Não existe causa individualmente relevante.

Contingências com risco possível (não provisionado)

As ações de natureza cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas envolvem prognóstico de perda possível classificado pela Administração, seus advogados e assessores jurídicos, e são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Contingências possíveis		
Cíveis a	49.454	18
Ambiental	14.508	14.508
Trabalhistas	4.999	8.153
Total	68.961	22.679

- a.** Variação decorrente de ação ordinária que discute o repasse do encargo hídrico emergencial ("EHE") ao custo variável unitário ("CVU") da usina exigido pelo estado do Ceará.

16. Mútuo com partes relacionadas

Política contábil

As transações de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

O saldo relativo à operação de mútuo está apresentado da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Mútuo						
Eneva S.A. (a)	-	-	155.946	351.513	(57.717)	(43.532)
Passivo não circulante			155.946	351.513		

- (a) Contrato de mútuo celebrado com a Eneva S.A. (mutuante), sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado. O valor devido em 2025 está líquido do imposto de renda retido na fonte pago por Pecém II pois será descontado no momento da liquidação do mútuo. Abaixo, a movimentação do mútuo no exercício.

Mútuo	
Saldo em dezembro de 2024	351.513
(+) Juros e variação monetária incorridos	57.717
(-) Pagamento de juros	(253.284)
Saldo em dezembro de 2025	155.946

Mútuo	
Saldo em dezembro de 2023	353.443
(+) Juros e variação monetária incorridos	43.532
(-) Pagamento de principal	(40.000)
(-) Imposto de renda retido na fonte	(5.462)
Saldo em dezembro de 2024	351.513

17. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social da Pecém II Geração de Energia S.A. corresponde R\$ 800.006, sendo composto por 807.753.057 (oitocentas e sete milhões, setecentas e cinquenta e três mil e cinquenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Eneva S.A.	807.753.057	100%	807.753.057	100%
Total	807.753.057	100%	807.753.057	100%

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda no período de 10 anos. Para o exercício de 2025, a Companhia constituiu R\$ 2.538 (R\$ 7.924 em 2024) de incentivo fiscal da Sudene.



18. Eventos subsequentes

LEILÃO ANEEL Nº2/2026

Em 18 de março de 2026, a UTE Porto do Pecém II sagrou-se vitoriosa no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência – LRCAP 2026, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No referido certame, a Companhia firmou compromisso de fornecimento de 316,2 MW de potência pelo prazo de 10 anos, com início do suprimento previsto para agosto de 2031. O contrato estabelece receita fixa anual de R\$ 510.755 milhões (data-base: setembro de 2025), a ser reajustada anualmente pelo IPCA.

Celebração de acordo de venda

Em 27 de março de 2026, foi firmado o acordo para a venda da usina Pecém II pela Eneva S.A. à Diamante Energia. A usina foi avaliada a um Enterprise Value de R\$ 872,3 milhões, com data-base em 31 de março de 2026, considerando uma dívida líquida de R\$ 186,3 milhões. O valor da transação estará sujeito à atualização monetária, calculada pro rata temporis entre a data-base e a data de fechamento, bem como a determinados ajustes positivos ou negativos, conforme previsto em contrato. Adicionalmente, foi acordada uma parcela adicional contingente, que poderá alcançar até R\$ 149,0 milhões, condicionada ao êxito na antecipação do início dos contratos de reserva de capacidade da UTE Porto do Pecém II, referentes ao LRCAP 2026.

A conclusão da operação (closing) está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes acordadas entre as partes, destacando-se:

- a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- a assinatura do contrato do LRCAP 2026 – Produto 2031 de Pecém II.



Diretoria

Ricardo Correa Pascotto

Diretor

Marcelo Campos Habibe

Diretor

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Diretora de Controladoria e Tributário

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador

Informações corporativas

Pecém II Geração de Energia S.A.

Praia de Botafogo no 501, Torre Corcovado Sala

404 B - Botafogo

Rio de Janeiro (RJ) – Brasil CEP: 22.250-040

<https://ri.eneva.com.br>

Certificate Of Completion

Envelope Id: B0C35629-568C-4260-812D-C9ABA99ADD2C

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: Pecém - Relatório Final 2025.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 27

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Erivelton Ramos

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

erivelton.ramos@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

30 March 2026 | 19:19

Holder: Erivelton Ramos

erivelton.ramos@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

30 March 2026 | 19:41

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Guilherme Naves Valle

Signer Role: Partner

guilherme.valle@pwc.com

Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Signer Role: Partner

Subject: CN=Guilherme Naves Valle:54199158634

Signature

DocuSigned by:

E63126604DEE407...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 186.205.9.36

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 30 March 2026 | 19:25

Viewed: 30 March 2026 | 19:40

Signed: 30 March 2026 | 19:41

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Erivelton Ramos erivelton.ramos@pwc.com Gerente de auditoria PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 30 March 2026 19:41 Viewed: 30 March 2026 19:41 Signed: 30 March 2026 19:41
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2026 19:25
Envelope Updated	Security Checked	30 March 2026 19:32
Envelope Updated	Security Checked	30 March 2026 19:32
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2026 19:40
Signing Complete	Security Checked	30 March 2026 19:41
Completed	Security Checked	30 March 2026 19:41

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------